

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 59.635 - SP (2018/0332876-7)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
RECORRENTE : PFE TRANSPORTES LTDA
ADVOGADOS : RÉGIS GALINO - SP210396
PAULO PEREIRA DE MIRANDA HERSCHANDER - SP358406
RECORRIDO : ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHO

O recurso em mandado de segurança não foi instruído com a guia de custas e o respectivo comprovante de pagamento.

Registre-se que o "mandado de segurança é ação constitucional que objetiva proteger direito líquido e certo lesado ou ameaçado de lesão, por ato de autoridade, não amparado por habeas corpus ou habeas data" e que "Tem natureza processual civil, ainda que manejado no âmbito de processo criminal, daí porque não há falar em inexigibilidade do recolhimento das custas processuais" (AgRg no RMS 55.950/SP, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe de 09/04/2018).

Dessa forma, nos termos do § 4º do art. 1.007 do Código de Processo Civil, **intime-se a parte recorrente para realizar o recolhimento em dobro do preparo, no prazo de cinco dias corridos (art. 798 CPP), sob pena de não conhecimento do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente